

A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas

Judite Primo

Temos sido espectadores de um processo de transnacionalização, que é marcado pela transposição de idéias e valores de uma nação para lugares e pessoas que estão além das suas fronteiras territoriais. Essa transnacionalização envolve o fato de tais idéias e valores se tornarem códigos partilhados e, por isso, entendidos globalmente.

As redes de informação, criadas no seio do processo de globalização¹ e condicionadas pelas estruturas de poder, são estruturas dialéticas que possibilitam a partilha da informação, da comunicação e da criatividade cultural, e, ao mesmo tempo, carregam a privação de direitos políticos e de expressões culturais próprias.

A abertura ao mundo exterior – fomentada pela crescente importância das economias locais e pelo crescente fluxo de informação, imagens, códigos e valores – tem levado à conseqüente hibridização cultural, tal como foi conceituada por Néstor García Canclini (2001). Mais que um processo global de homogeneização das referências culturais, o que temos verificado é uma hibridização de códigos que gera:

angústias, sentimentos de ameaça, de perplexidades, problemas de identidade a que se tenta responder reafirmando as diferenças [...], reforçando os sentimentos de pertença territorial e de filiação (étnica, lingüística, religiosa), no que mais não constitui afinal do que uma tentativa de retorno ao lar. (Henriques, 2003, p. 56)

Renato Ortiz (2001) chega a sugerir que devemos abolir o termo homogeneidade e, em seu lugar, utilizar o termo “nivelamento cultural”, que é também um processo de assimilação de referências e hábitos culturais, mas que procura, ao mesmo tempo, preservar as diferenças. Nações, grupos étnicos e língua comum, apesar de continuarem a existir como referência de nacionalidade, já não

Resumo

Este texto avalia em que medida uma política cultural comprometida com o seu contexto histórico e social pode inserir em suas ações a problemática da cultura, local e global, assim como o reforço das identidades locais, em resposta à tendência de homogeneização das referências culturais. Discute-se sobre a trama de relações que interligam a política e o território com as problemáticas contemporâneas da cultura, patrimônio e museologia. As expectativas de valorização coletiva das referências culturais e de reanimação econômica que se geram em torno da salvaguarda do patrimônio levam a uma crescente integração dessas temáticas nas políticas territoriais e culturais. Dessa forma, a defesa das referências culturais constitui, hoje, um objetivo assumido das agendas políticas municipais, nacionais e mesmo das grandes organizações supranacionais.

Palavras-chave

museologia; museologia social; patrimônio; nacionalismo; globalização; transnacionalização, política cultural.

podem ser identificados como os únicos elementos de coesão social.

O desafio que se apresenta é entender como as identidades locais (regionais e nacionais) estão a ser reconstruídas pelos processos de hibridização intercultural. Importante nesses processos é, sobretudo, estudar e entender a forma como as relações de continuidade, ruptura e hibridização estão a ser produzidas entre os sistemas globais e os locais, tradicionais e modernos, nos processos de desenvolvimentos culturais (García Canclini, 2001, p. 175).

A tendência de retorno às referências locais tem sido vista como algo presente nos processos de globalização. Autores como García Canclini (1998, 2001) e Manuel Castells (2003) identificam esse fenômeno como um movimento de resistência das populações locais diante da fusão dos códigos externos. A idéia primeira de homogeneidade cultural parece que vem perdendo a força ante os crescentes fenômenos que indicam diferentes formas de retorno ao local e de valorização das particularidades.

Castells (2003) afirma que essa nova tendência histórica – do retorno de sociedades e, em determinados contextos, aos valores locais e nacionais – tem sido vista com uma certa surpresa pelos meios acadêmicos, que já tinham previsto a morte do nacionalismo, associada a fatores como: a globalização da economia e a internacionalização das instituições políticas; o universalismo de uma

cultura partilhada e difundida pela mídia, pela educação e pela urbanização; e a oposição dos acadêmicos quanto ao conceito de nação, considerado como “imaginado” e “construído”.

Códigos de pertença coletiva e motivações das políticas culturais

Para melhor compreender o nacionalismo contemporâneo, Castells propõe que consideremos quatro pontos fundamentais: o nacionalismo contemporâneo não está necessariamente ligado à construção de um Estado-Na-

ção soberano; a idéia de nação desvincula-se

da idéia de Estado-Nação, tal como formulado pela Revolução Francesa; o nacionalismo moderno já não é um

fenômeno de elites e passa a ser, muitas vezes, caracterizado por uma postura contrária aos valores dessas mesmas elites; o nacionalismo moderno se caracteriza por ser mais

reativo que ativo, mais cultural que político, portanto, mais dirigido à defesa da cul-

tura do que à construção ou à defesa de um Estado.

Dessa forma, constrói-se o nacionalismo moderno a partir de ações e reações sociais, como observa Castells: “Restringir a idéia de nação e nacionalismo unicamente ao processo do Estado-Nação inviabiliza qualquer justificação para o aumento do nacionalismo pós-moderno” (2003, p. 35).

Verifica-se, portanto, um movimento caracterizado pelo reconhecimento das diferenças e pelo reforço das identidades locais como mecanismo de proteção das raízes identitárias do local/nacional. Esse movimento, ou melhor, movimento de resistência, que pro-

O desafio que se apresenta é entender como as identidades locais (regionais e nacionais) estão a ser reconstruídas pelos processos de hibridização intercultural

cura o enraizamento das identidades locais, busca, nas referências culturais e no patrimônio, entendido de forma ampla, as razões para justificar a recusa dos novos valores e referências culturais que lhe são, gradativa e tendencialmente, impostos.

Num tempo de crescentes interferências externas (econômicas, políticas, culturais e sociais), aparece, cada vez mais relevante, a ação de um poder político consistente, capaz de implementar políticas públicas que respondam às necessidades dos indivíduos, cada vez mais entendidos como agentes de cidadania. Isso, segundo Ortiz, reforça a seguinte idéia: “Na verdade o campo da cultura é um lugar de política” (2001, p. 195).

As idéias e os objetivos das políticas culturais se alteraram profundamente ao longo dos tempos. Como exemplo, temos a política cultural francesa fruto da revolução de 1789, na qual se integrava no processo de construção da idéia de nação e se apoiava, por isso mesmo, nas questões da língua, normalização do ensino, território marcado por fronteiras e pela existência de instituições abertas ao público que apresentassem sistematicamente essas idéias (museus, arquivos e bibliotecas).

Motivos patrióticos, civilizatórios, educativos, econômicos, razões de justiça social e direito à cultura foram, ao longo da história, suporte dos mais diversos discursos justificativos da intervenção do Estado no domínio da cultura.

Os motivos patrióticos foram evocados pelo Estado, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, para justificar a sua intervenção nos desígnios da cultura. O argumento patriótico foi utilizado como forma de contribuir para a unidade nacional, fortalecendo e congregando sentimentos de coesão e de pertença coletivos.

Os motivos “civilizatórios e educativos” também foram evocados para justificar as ações do Estado na esfera de uma política pública cultural. A razão para o Estado intervir na educação prendia-se ao fato de a educação ser entendida como um bem coletivo, que possibilitava a criação de condições mais favoráveis ao progresso econômico, por meio da qualificação da mão-de-obra. Assim, a intervenção do Estado na cultura cruzava-se com a missão de “educar” e “civilizar” os indivíduos. Essa idéia de que a cultura poderia servir a uma missão educativa e civilizatória provém, sobretudo, dos iluministas, que acreditavam que a instrução e o cultivo do espírito eram a chave do progresso. Nesse quadro, podemos entender a abertura de instituições culturais públicas como instrumentos políticos do Estado iluminista. Foi um período historicamente marcado pela criação de bibliotecas e museus públicos, arquivos e gabinetes de leituras abertos aos cidadãos.

O evocar de razões econômicas para legitimar a intervenção do Estado na esfera da cultura é um fenômeno recente que caracterizou o fim do século XX. Essa argumentação implica a defesa das referências culturais como bens públicos, como bens de mérito² e implica uma idéia positiva de um Estado que se preocupa, defende e intervém no âmbito cultural.

No contexto referido das razões econômicas, a aplicação de medidas políticas de âmbito cultural está cada vez menos voltada para as preocupações de caráter educativo e formativo, bem como para a democratização do acesso às artes e à cultura, e cada vez mais voltada à convicção de que tais medidas são formas de criar emprego, gerar receitas, promover e melhorar a imagem do local e imprimir maior

competitividade. Assim, a cultura se vem transformando, gradativamente, num instrumento de *marketing* territorial, e as despesas culturais passam a ser entendidas como um investimento. Atualmente, torna-se cada vez mais comum utilizar o patrimônio como recurso para a revitalização econômica.

O direito à cultura e à justiça social é um argumento de legitimação das ações do Estado na cultura que só apareceu a partir da segunda metade do século XX. Uma nova geração de direitos fundamentais da esfera econômica e social (como o direito ao trabalho, à habitação, à educação e ao descanso) juntou-se aos direitos civis e políticos (como o direito à liberdade, à participação nas decisões políticas, à integridade física e moral), os quais passaram a ser entendidos como direitos intrínsecos aos indivíduos.

Atuais implicações das políticas públicas culturais

As ações de política pública no domínio da cultura que contemplam, hoje, noções de preservação e proteção das referências culturais implicam, progressivamente, a aceitação da cultura como: elemento gerador de projetos, de novas ações e de empregos; elemento que potencia o entendimento do presente; bem de mérito; veículo de coesão; instrumento para o exercício pleno da cidadania; fator de competitividade; e fator de afirmação das comunidades no exterior (construção e reafirmação de identidades).

Com base nesses princípios, a atual política cultural da União Européia tem como meta o fomento e o reforço da competitividade e, também, a coesão econômica e social. É, portanto, significativo que o

Programa Operacional da Cultura, desenhado pela União Européia para aplicação em Portugal e financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder) para o período 2000–2006, seja definido como um mecanismo de política pública no setor da cultura que:

constitui um instrumento importante de concretização da política de desenvolvimento e de coesão econômica e social. A linha de força deste Programa é a consideração de que a cultura, enquanto veículo de desenvolvimento do potencial humano, contribuirá decididamente para a qualificação dos recursos humanos, numa perspectiva de valorização da pessoa em toda a sua plenitude, mas também constitui um fator de criação de riqueza e de emprego, pelo impacto que tem em várias atividades econômicas. (Portugal, 2002, p. 4).

Por oposição à idéia de nação dos séculos XVIII e XIX, como elemento estruturante e caracterizador, de certa forma, da política cultural na França no período pós-revolucionário, assim como em muitos outros países, temos atualmente políticas européias no setor da cultura que assentam no fomento de ações transfronteiriças. Um bom exemplo desse tipo de iniciativa tem sido o Programa Comunitário Europeu denominado Interreg III, que, sendo um programa de fomento de ações inter-regionais, tem como princípios: a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças e transnacionais e programas de desenvolvimento conjunto; o aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes econômico-sociais relevantes; e a cooperação em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico, educativo e cultural.

O programa Interreg III, assim delineado, tem vindo

a apoiar, fomentar e salientar as identidades e referências patrimoniais partilhadas por povos de diferentes nações, mas inseridos no mesmo contexto geopolítico. A estratégia adotada é a da competitividade territorial apoiada na valorização dos recursos existentes e decorrentes da identidade histórica e cultural local. Por outro lado, fomentam-se as ações de atração e fixação de novos recursos suscetíveis de valorizar os fatores socioculturais locais, mas semelhantes a outros povos e territórios e partilhados com eles.

Dessa forma, as representações culturais aparecem como domínios legítimos de intervenção estatal. O argumento de defesa da cultura nacional e/ou transnacional tem crescido à medida que aumenta a idéia de ameaça resultante da hibridização mencionada no início deste texto.

A museologia inserida nas políticas públicas culturais

No movimento alternativo ao da globalização, podem surgir possibilidades de construção de formas culturais criativas e alternativas capazes de promover novas atitudes. Assim, a museologia poderá assumir um novo lugar:

Los museos deben ampliar sus funciones. Especialmente en nuestras ciudades, deben representar el saber, la experiencia y las prácticas de todos los que contribuyen a la dar a las ciudades una dimensión humana. También deben promover la participación de toda la comunidad en su política y actuación. Deben reconocer que su capital no consiste simplemente en sus fondos, sino en todo el patrimonio, ya sea tangible o intangible, del área en la que están. (Pérez de Cuellar, 1996, p. 35)

A museologia pode, assim, ser entendida pelas

novas políticas públicas culturais como recurso para a preservação, a comunicação e a divulgação dos valores culturais. Seja numa lógica de expansão e criação de novos valores, seja numa lógica de reforço dos valores culturais locais, a museologia pode ser um instrumento cultural a serviço da sociedade.

Nessas práticas museológicas, a valorização, a divulgação e a proteção do patrimônio local passam por uma lógica de apropriação e de pertença coletiva, mas não exclusivamente por uma lógica de visitação. As populações locais funcionam como os guardas atentos do patrimônio, sendo que essa proteção não implica apenas a visitação, e sim a utilização e a reutilização das referências culturais.

Por outro lado, também devemos assumir que, paralelamente aos museus que assentam as suas atividades nos “objetos herdados” das suas coleções, existem também processos museológicos que centram a sua ação na criação de objetos em processos que, genericamente, podemos denominar de “dar forma às idéias”. Nesse caso, o centro de atuação dos museus passa a ser as idéias que querem transmitir e para as quais se criam expografias significativas, e não apenas as idéias possíveis decorrentes da natureza das coleções.

De certa forma, referimo-nos a uma museologia criada à revelia dos “objetos herdados” e, nesse sentido, mais livre para tratar das questões relacionadas com o mundo em que vivemos, ou seja, da museologia de intervenção que ajude a sustentar, eventualmente, uma política cultural preocupada com as transformações de um mundo que se confronta com o processo de globalização.

Tendo por base os princípios e as preocupações

anteriormente mencionados, a implantação da Política Nacional dos Museus pelo governo brasileiro assume-se como:

um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço técnico-científico do campo museológico. Essa política deve ter como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no País. (Brasil, 2003, p. 8)

Assim, os museus são assumidos como processos de intervenção, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, e como dispositivos de inclusão social e cidadania capazes de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro. Uma política cultural museológica assim delineada poderá revitalizar os processos de criação, apropriação e reapropriação das identidades locais, regionais e nacional.

Notas finais

A globalização e as redes de informação, condicionadas pelas estruturas de poder, riqueza e tecnologia, são identificadas como estruturas dialéticas que, por um lado, possibilitam a melhoria da criatividade e da comunicação, mas, por outro lado, privam sociedades de direitos políticos.

As mudanças nas formas de produção, na difusão e no consumo das referências culturais implicam também uma mudança na própria definição de patrimônio que sustenta as novas políticas culturais. Como espa-

ço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação dos agentes dos âmbitos privado e estatal e dos movimentos sociais.

As referências patrimoniais devem ser tratadas de forma a representar seus usos culturais, mas também os usos sociais, políticos e econômicos, para que, de forma gradativa, possamos assumir plenamente os conflitos, as memórias e as amnésias coletivas inerentes ao processo da salvaguarda.

A tarefa de uma política cultural referente ao patrimônio não é resgatar ou valorizar apenas as referências passadistas de uma sociedade, e sim tudo aquilo que é *culturalmente representativo*. A museologia deve tratar as referências patrimoniais representadas nos bens tangíveis, usos, costumes, saberes e fazeres, de modo não apenas a exibi-las, mas sim tornar inteligíveis as relações entre elas.

Uma política cultural que assuma os museus como espaço de ação política e, por isso, instrumentos da ação cultural deve procurar implementar, por meio das suas ações: o reforço da cultura como fator de desenvolvimento; a promoção de um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura; a valorização do patrimônio histórico e cultural como fator de desenvolvimento econômico; e a valorização do papel das atividades culturais no apoio às políticas de emprego. Trata-se, no fundo, de incluir as políticas culturais como fatores determinantes para a inclusão e o desenvolvimento econômico e social. ■

NOTAS

1. Este texto aborda exclusivamente o processo de globalização em relação ao campo da cultura como processo de transposição de valores, códigos e idéias, sobretudo dos países economicamente mais fortes para os países economicamente mais dependentes. Não é o objetivo deste artigo tratar de todas as áreas que implicam os processos de globalização.
2. Bem de mérito pressupõe a existência de produtos ou serviços que impliquem benefícios para os indivíduos, superiores àqueles que eles conseguem identificar de imediato. Para além da utilidade que reside no bem-estar e prazer que proporciona, o bem de mérito contribui para a formação e valorização individual, produzindo assim benefícios sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Cultura. *Bases para a Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Maio 2003. 37 p.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Alexandra Lemos e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 550 p. (Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. II. Coord. José Manuel Paquete de Oliveira e Gustavo Leitão Cardoso).
- DOMINGUES, Alvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira et al. (Eds.). *A cultura em acção: impactos sociais e território*. Porto: Afrontamento, 2003. 145 p.
- DUBOIS, Vicent. *La politique culturelle: genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin, 1999. 366 p. (Coleção Socio-Histoire).
- FORTUNA, Carlos; SANTOS SILVA, Augusto (Orgs.). *Projectos e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Lisboa: Afrontamento, 2002. 354 p.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 290 p.
- . *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. 385 p.
- GUILLAUME, Marc. *A política do património*. Trad. Joana Caspurro. Porto: Campo das Letras, 2003. 150 p. (Coleção Campo das Letras, 11).
- HENRIQUES, Eduardo Brito. *Cultura e território das políticas às intervenções: estudo geográfico do património histórico arquitectónico e da sua salvaguarda*. 2003. 595 f. II. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- LOPES, João Teixeira. *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Afrontamento, 2002. 385 p.
- ORTIZ, Renato. Sociedade e cultura. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PÉREZ DE CUELLAR, Javier. *Nuestra Diversidad Creativa*. Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo. Paris: Unesco, 1996. 66 p.
- PORTUGAL. Ministério da Cultura. *Programa Operacional da Cultura: manual de procedimentos*. Lisboa: Feder, 2002. 194 p. il.